

05

2014

BEO RAM

**BOLETIM DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**

**GOVERNO
REGIONAL
DA MADEIRA**



Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita.....	9
2.3. Despesa	13
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR.....	19
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	19
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	20
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	24
5. Conceitos aplicados.....	26
6. Siglas e abreviaturas.....	27
7. Índice de Quadros	28

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e das dívidas da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se ao acumulado até ao final do mês de abril de 2014.

◆ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de 2014 e de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro - abril)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	316.917,4	142.919,6	7.680,8	336.386,4
Impostos diretos	82.248,1	306,9	0,0	82.555,1
Impostos indiretos	137.273,3	33,3	0,0	137.306,6
Contribuições de Segurança Social	1.022,6	0,0	0,0	1.022,6
Outras receitas correntes	96.373,4	142.579,3	7.680,8	115.502,2
Transferências correntes	87.427,7	139.627,8	0,0	95.924,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	86.509,3	1.822,5	0,0	88.331,7
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	131.131,4	0,0	0,0
Receita de capital	11.438,8	10.125,3	981,1	20.905,9
Venda de bens de investimento	29,3	0,0	0,0	29,3
Transferências capital	11.102,1	10.114,3	981,1	20.558,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	267,6	0,0	267,6
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	1.364,9	274,3	0,0
Receita efetiva	328.356,2	153.044,9	8.661,9	357.292,3
Despesa corrente	447.757,1	138.998,1	10.496,4	466.120,2
Consumo público	201.038,0	41.502,6	6.513,0	249.053,6
Despesas com o pessoal	104.289,7	8.358,9	3.742,3	116.390,9
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	96.748,3	33.143,7	2.770,8	132.662,8
Subsídios	1.595,8	4.226,9	0,0	5.822,7
Juros e outros encargos	100.809,5	1.681,5	1.393,0	103.884,0
Transferências correntes	144.313,8	91.587,1	2.590,4	107.359,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	547,5	0,0	547,5
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	131.131,4	0,0	0,0	0,0
Despesa de capital	19.177,9	9.150,8	1.609,4	28.298,8
Investimento	12.642,3	215,4	1.609,4	14.467,1
Transferências de capital	6.535,6	8.935,4	0,0	13.831,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	3.010,3	232,5	0,0	3.242,8
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	1.639,3	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	466.935,1	148.148,8	12.105,8	494.419,0
Saldo global	-138.578,9	4.896,1	-3.443,9	-137.126,7
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-130.839,7	3.921,5	-2.815,6	-129.733,8
Despesa corrente primária	346.947,6	137.316,5	9.103,4	362.236,2
Saldo corrente primário	-30.030,3	5.603,1	-1.422,6	-25.849,8
Saldo de capital	-7.739,2	974,5	-628,3	-7.392,9
Despesa primária	366.125,6	146.467,3	10.712,8	390.535,0
Saldo primário	-37.769,4	6.577,6	-2.050,9	-33.242,7

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsectores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 30 de abril de 2014, o saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 137,1 em milhões de euros. O saldo primário ascende a -33,2 milhões

de euros e o saldo de capital é deficitário em 7,4 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 494,4 milhões de euros e a uma despesa primária de 390,5 milhões de euros. A receita efetiva ascendeu a 357,3 milhões de euros.

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado nos primeiros quatro meses de 2014, pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -138,6 milhões euros, o que representa uma variação de -177,2 milhões de euros face ao período homólogo. Esta circunstância é motivada pelo aumento acentuado da *despesa*, que se traduz numa variação homóloga de 176,2 milhões de euros, fundamentalmente em virtude da utilização do empréstimo da República para a regularização de valores em dívida de juros e outros encargos, no montante de 79,4 milhões de euros, e do acréscimo das transferências correntes para os Serviços e Fundos Autónomos face ao registado até abril de 2013, essencialmente para fazer face a despesas transitadas. A *despesa efetiva* registou um acréscimo de 57,3% face ao período homólogo de 2013, com a receita *efetiva* a evoluir negativamente (-2,1%). O *saldo de capital* apresenta-se deficitário não tendo, contudo, um impacto significativo no *saldo global*. Concretamente, o *saldo corrente* evidenciado nos primeiros quatro meses do ano ascendeu a -130,8 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* registado um deficit de -7,7 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é excedentário em 9,0 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que enquanto que na vertente corrente a *receita* aumentou 2,1%, em termos homólogos, a *despesa* aumentou 64,9%. O *saldo global* evidenciado no final de abril resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou -2,1%, influenciada pela evolução registada ao nível da componente de capital (-54,5%), e de um acréscimo da *despesa efetiva* (57,3%), o qual, foi condicionado no sentido descendente pela evolução das *despesas com o pessoal* (-3,0%) e das despesas de capital (-24,0%) e, no sentido ascendente, pelo comportamento das restantes componentes da *despesa*, em específico da

despesa corrente, designadamente as *transferências correntes- administrações públicas* e as despesas com *juros e outros encargos*. Da informação disponível para os primeiros quatro meses de 2014, sobressai que quase um terço da despesa corrente realizada destina-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (139,7 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória ascendente da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de 2,1%, e descendente na componente de capital, materializada numa variação de -54,5% face a 2013, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro - abril)			€ Milhares
	2013	2014	VH (%)
Receita corrente	310.260,9	316.917,4	2,1
Receitas fiscais	203.997,3	219.521,4	7,6
Impostos diretos	85.960,9	82.248,1	-4,3
Impostos indiretos	118.036,4	137.273,3	16,3
Outras receitas correntes	106.263,6	97.396,0	-8,3
Receita de capital	25.145,3	11.438,8	-54,5
Receita efetiva	335.406,2	328.356,2	-2,1
Despesa corrente	271.599,5	447.757,1	64,9
Despesas com o pessoal	107.558,0	104.289,7	-3,0
Aquisição de bens e serviços	36.126,9	88.417,3	144,7
Juros e outros encargos	19.402,2	100.809,5	419,6
Transferências correntes	107.516,1	144.313,8	34,2
Administrações Públicas	95.395,5	131.131,4	37,5
Outras	12.120,6	13.182,5	8,8
Subsídios	858,1	1.595,8	86,0
Outras despesas correntes	138,2	8.331,0	5.927,2
Despesa de capital	25.219,8	19.177,9	-24,0
Investimento	16.606,9	12.642,3	-23,9
Transferências de capital	8.612,9	6.535,6	-24,1
Administrações Públicas	1.555,7	4.649,5	198,9
Outras	7.057,2	1.886,1	-73,3
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	296.819,3	466.935,1	57,3
Saldo global	38.586,9	-138.578,9	-459,1
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	38.661,4	-130.839,7	438,4
Saldo de capital	-74,5	-7.739,2	10.290,8
Saldo primário	57.989,1	-37.769,4	-165,1
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2.227,6	8.873,6	298,4

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ O *saldo primário* foi de -37,8 milhões de euros, o que representa um agravamento de cerca de 95,8 milhões de euros relativamente aos quatro primeiros meses de 2013;
- ◆ Verifica-se uma quebra no *saldo de capital*, cristalizada numa variação homóloga de -7,7%;
- ◆ A variação homóloga do *saldo global* resulta da trajetória descendente mas ligeira da *receita*, a par de um aumento pronunciado da *despesa*. Com efeito, enquanto a *receita efetiva* diminuiu, em termos homólogos, 7,1 milhões de euros nos primeiros quatro meses de 2014, a *despesa efetiva* aumentou 170,1 milhões euros, justificando,

deste modo, a formação do *saldo global* evidenciado até final de abril de 2014 de -138,6 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -130,8 milhões de euros e num saldo de capital de -7,7 milhões de euros. O aumento da despesa é explicado pela utilização do empréstimo com o aval da República, cuja aplicação foi dirigida ao pagamento de juros e outros encargos relativos a dívidas de anos anteriores a fornecedores, no valor de 79,4 milhões de euros.

- ◆ O QUADRO seguinte aborda a execução orçamental de abril do subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (abril)

€ Milhares

	2013	2014	VH (%)
Receita corrente	112.345,1	106.583,0	-5,1
Receitas fiscais	60.641,7	60.189,6	-0,7
Outras receitas correntes	51.703,4	46.393,5	-10,3
Receita de capital	4.235,5	1.362,6	-67,8
Receita efetiva	116.580,6	107.945,6	-7,4
Despesa corrente	63.848,4	106.769,3	67,2
Despesas com o pessoal	26.078,5	26.394,4	1,2
Aquisição de bens e serviços	5.519,5	44.767,1	711,1
Juros e outros encargos	378,5	319,3	-15,6
Despesa de capital	18.552,8	6.858,6	-63,0
Investimento	11.111,3	5.194,3	-53,3
Transferências de capital	7.441,4	1.664,4	-77,6
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	82.401,2	113.628,0	37,9
Saldo global	34.179,5	-5.682,3	116,6
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	48.496,7	-186,3	-100,4
Saldo de capital	-14.317,3	-5.496,0	61,6
Saldo primário	34.558,0	-5.363,1	-115,5

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ♦ A execução orçamental relativa ao mês de abril expressa uma trajetória análoga à registada em termos acumulados para o primeiro quadrimestre de 2014. Com efeito, a *receita efetiva* registou um decréscimo de 7,4% face ao evidenciado no mês de abril do ano anterior. Não obstante, o comportamento da receita não se afigurou significativo para a determinação do *saldo global*, predominantemente influenciado pelo

comportamento da despesa face ao registado em abril de 2013. A receita e despesa efetivas corporizam, variações de -7,4% e de 37,9%, respetivamente. O *saldo global* resultante evidencia que a *despesa efetiva* superou a *receita efetiva* em 5,7 milhões de euros, para o qual contribuíram os saldos deficitários evidenciados tanto ao nível da *despesa corrente* como de *capital* (-0,2 e -5,5 milhões de euros, respetivamente).

♦ 2.2. Receita

- ♦ A *receita efetiva* do Governo Regional variou -2,1% em 2014, em virtude do comportamento evidenciado pelas

receitas não fiscais, que registaram um decréscimo de -17,2%. O acréscimo em termos homólogos (7,6%), das *receitas*

fiscais, foi absorvido, na totalidade, pela inversão evidenciada pelas *receitas não fiscais*. Na componente fiscal, assinala-se a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (16,3%), motivada pela variação na arrecadação das receitas provenientes dos *impostos sobre o valor acrescentado* (22,3%), em virtude da entrada em vigor da portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março, que redefine os critérios de distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de -4,3% em termos homólogos;

- ♦ Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de -17,2% face ao ano de 2013 reflete, fundamentalmente, uma diminuição da *receita de capital*,

motivada pela menor amplitude de *reposições não abatidas nos pagamentos* e pela diminuição das transferências correntes provenientes da Administração Central.

- ♦ A *receita fiscal* fixou-se nos 219,5 milhões de euros, nos primeiros quatro meses 2014, refletindo um acréscimo de 7,6% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da *receita fiscal* acumulada no final do primeiro quadrimestre 2014 resulta da trajetória ascendente dos *impostos indiretos* (16,3%), parcialmente afetada pela evolução descendente verificada ao nível dos *impostos diretos* (-4,3%);
- ♦ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro - abril)

€ Milhares

	2013	2014	VH (%)
Receita fiscal	203.997,3	219.521,4	7,6
Impostos Diretos	85.960,9	82.248,1	-4,3
IRS	62.545,1	64.194,0	2,6
IRC	23.415,4	18.053,4	-22,9
Outros	0,4	0,7	82,2
Impostos Indiretos	118.036,4	137.273,3	16,3
ISP	13.858,1	13.712,1	-1,1
IVA	85.443,3	104.533,9	22,3
ISV	1.049,6	1.266,3	20,6
Imposto de consumo sobre o tabaco	7.719,3	10.267,7	33,0
IABA	1.466,4	1.405,3	-4,2
Outros	8.499,7	6.087,9	-28,4
Imposto de Selo	7.658,4	5.093,3	-33,5
IUC	730,1	843,0	15,5
Receita não fiscal	131.408,9	108.834,8	-17,2
Receita efetiva	335.406,2	328.356,2	-2,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A evolução dos impostos diretos de 2013 para 2014 foi a seguinte:

- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares* (IRS) – regista-se um acréscimo face ao ano de 2013, que acende a 2,6%;
- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (IRC) – verifica-se uma variação de -22,9% relativamente a 2013.

As variações ocorridas refletem as atualizações efetivadas ao nível da fiscalidade direta decorrentes das obrigações impostas pelo PAEF acordado entre a Região e a República Portuguesa, assim como incorporam a adaptação à Região das alterações previstas na Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, do Orçamento do

Estado para 2014. Relativamente ao decréscimo verificado ao nível do IRC, assinala-se como principal fator explicativo a redução, em termos homólogos, do Pagamento Especial por Conta.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ♦ *Imposto sobre o Valor Acrescentado* (IVA) – verifica-se um aumento na receita arrecadada até abril de 2014 face ao registado em 2013 (22,3%). Esta evolução deriva da entrada em vigor da portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março, que redefine os critérios de distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas;
- ♦ *Imposto sobre Veículos* (ISV) – a receita acumulada registou uma variação de

20,6% face ao período homólogo de 2013;

- ♦ *Imposto de Selo (IS)* – a receita acumulada registou uma diminuição de 33,5%;
- ♦ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou um acréscimo de 33,0% comparativamente a 2013;
- ♦ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – verifica-se uma quebra de 1,1% face ao ano transato.

A **receita não fiscal** apresenta um decréscimo de -17,2%, em grande medida influenciado pela diminuição das transferências correntes, em

particular das provenientes do Estado, e em virtude de terem cessado as transferências relativas à Lei de Meios – ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho, alterada pela Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de dezembro. Acresce ainda como fator explicativo para a evolução evidenciada, a alteração do método de cálculo estabelecido na nova Lei das Finanças Regionais.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da *receita não fiscal* do Governo Regional da Madeira, relativa aos anos de 2013 e 2014:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro - abril)

€ Milhares

	2013	2014	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	203.997,3	219.521,4	24,8%
Receita não fiscal	131.408,9	108.834,8	29,3%
Correntes	106.263,6	97.396,0	42,4%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	761,8	1.022,6	18,2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	6.632,3	4.988,8	19,3%
Rendimentos da Propriedade	1.025,2	1.806,5	100,4%
Transferências Correntes	96.162,9	87.427,7	47,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.588,9	2.003,1	21,5%
Outras Receitas Correntes	92,6	147,2	9,9%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	25.145,3	11.438,8	8,1%
Venda de Bens de Investimento	8,5	29,3	0,4%
Transferências de Capital	17.088,1	11.102,1	10,6%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	8.048,7	307,3	6,1%
Receita efetiva	335.406,2	328.356,2	26,1%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 2.3. Despesa

A *despesa efetiva* acumulada do Governo Regional aumentou 57,3% entre 2013 e 2014, tendo apresentado um grau

de execução de 26,1%, mais 4,3 pontos percentuais (p.p.) do que o executado até abril de 2013.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro - abril)

€ Milhares

	2013	2014	2013	2014	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
Despesa corrente	271.599,5	447.757,1	24,3	31,9	64,9
Despesas com o pessoal	107.558,0	104.289,7	31,8	30,0	-3,0
Remunerações Certas e Permanentes	92.427,2	85.342,9	33,2	30,9	-7,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	589,6	618,7	17,5	19,9	4,9
Segurança social	14.541,2	18.328,2	25,7	27,0	26,0
Aquisição de bens e serviços correntes	36.126,9	88.417,3	17,5	40,0	144,7
Juros e outros encargos	19.402,2	100.809,5	16,6	28,7	419,6
Transferências correntes	107.516,1	144.313,8	24,8	31,5	34,2
Administrações Públicas	95.395,5	131.131,4	25,8	33,4	37,5
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	95.395,5	131.131,4	25,8	33,4	37,5
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	12.120,6	13.182,5	18,8	20,0	8,8
Subsídios	858,1	1.595,8	6,9	12,1	86,0
Outras despesas correntes	138,2	8.331,0	1,4	63,9	5.927,2
Despesa corrente primária	252.197,3	346.947,6	25,2	32,9	37,6
Despesa de capital	25.219,8	19.177,9	10,3	5,0	-24,0
Investimento	16.606,9	12.642,3	11,3	8,1	-23,9
Transferências de capital	8.612,9	6.535,6	11,2	9,1	-24,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	296.819,3	466.935,1	21,8	26,1	57,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Por memória:

Ativos financeiros	2.227,6	8.873,6	10,5	15,0	
Passivos financeiros	176.948,9	4.721,3	70,8	5,1	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2013 para 2014 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 149,7 milhões de euros;
- ◆ Redução da *despesa com pessoal* de 3,0%, em grande medida explicado pelas alterações das disposições remuneratórias estabelecidas pelo Orçamento do

Estado, em particular as plasmadas no art.º 27.º;

- ◆ Acréscimo das despesas com enquadramento na rubrica *aquisição de bens e serviços correntes* (144,7%), em termos homólogos), que derivam, em larga medida, dos encargos realizados com as SCUTS;
- ◆ Aumento da despesa com *juros e outros encargos* (419,6%);
- ◆ Acréscimo das *transferências correntes* (34,2%);

- ◆ Despesa com *subsídios* ascendeu a 1,6 milhões euros até abril de 2014;
- ◆ Acréscimo na execução da rubrica relativa a *outras despesas correntes* (8,2 milhões de euros);
- ◆ Decréscimo da despesa de capital (-24,0%), a que estão associados as diminuições nas despesas com a *Aquisição de bens de capital* (-23,9%) e com *as Transferências de capital* (-24,1%);
- ◆ As despesas *correntes* realizadas no primeiro quadrimestre de 2014 representam 95,9% do total da *despesa efetiva*, sendo que os

pagamentos de *despesa corrente* relativa a encargos de anos anteriores ascenderam a 139,7 milhões de euros e a *despesa corrente primária* corresponde a 74,3% da despesa efetiva. Comparativamente ao período homólogo, as *despesas correntes* reduziram ligeiramente o seu peso relativo na *despesa efetiva*. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro - abril)

€ Milhares

	2013	2014	Peso na estrutura em 2014
Funções Gerais de Soberania	18.543,3	23.881,1	5,1
Serviços Gerais da Administração Pública	16.334,6	21.411,3	4,6
Segurança e Ordem Públicas	2.208,7	2.469,8	0,5
Funções Sociais	211.933,7	236.354,4	50,6
Educação	97.549,9	99.129,0	21,2
Saúde	82.603,9	114.204,3	24,5
Habituação e Serviços Coletivos	20.951,4	18.511,5	4,0
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	10.828,5	4.509,6	1,0
Funções Económicas	46.951,9	105.899,5	22,7
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	10.048,1	10.583,0	2,3
Indústria e Energia	346,1	355,6	0,1
Transportes e Comunicações	30.216,7	85.511,2	18,3
Comércio e Turismo	4.914,9	6.432,4	1,4
Outras Funções Económicas	1.426,1	3.017,3	0,6
Outras Funções	19.390,4	100.800,1	21,6
Operações da Dívida Pública	19.390,4	100.800,1	21,6
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	296.819,3	466.935,1	100,0
<i>Por memória:</i>			
Ativos financeiros	2.227,6	8.873,6	1,9
Funções Gerais de Soberania	1.362,8	3.847,6	0,8
Funções Sociais	864,8	2.229,1	0,5
Funções Económicas	0,0	2.796,9	0,6
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	176.948,9	4.721,3	1,0
Outras Funções	176.948,9	4.721,3	1,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ♦ A apreciação da estrutura da *despesa* pela ótica funcional permite comprovar o relevo das *funções sociais* na execução da despesa, representando 50,6% do total, seguindo-se as *funções económicas* (22,7%), as *outras funções* (21,6%) e as *funções gerais de soberania* (5,1%).
- ♦ Nas *funções sociais*, destacam-se as verbas destinadas à *educação* (99,1 milhões de euros) e à *saúde* (114,2 milhões de euros), que representam 41,9% e 48,3% das despesas em *funções sociais*, respetivamente. As despesas com a *educação* aumentaram cerca de 1,6 milhões de euros, enquanto que na *saúde* o montante despendido revelou-se superior ao do

ano precedente em 31,6 milhões de euros.

- ◆ As despesas com as *funções económicas* aumentaram nos primeiros quatro meses de 2014, face à realização de 2013, cristalizando um acréscimo de 58,9 milhões de euros em termos homólogos. Esta variação foi motivada, em grande medida, pelo pagamento das SCUTS;
- ◆ Nas *outras funções*, os 100,8 milhões de euros executados destinaram-se a *operações da dívida pública* – representando um acréscimo de 419,8% face à execução registada em 2013, o que resulta essencialmente da utilização do empréstimo de 1.100 milhões de euros;
- ◆ Nas *funções gerais de soberania* a execução ascendeu a 23,9 milhões de euros, o que representou uma variação de 28,8% face ao registado até final de abril de 2013, com os *serviços gerais da administração pública*, que apresentam um acréscimo de 31,1%, a condicionarem a evolução registada;
- ◆ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento

orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional do Plano e Finanças, com 185,2 milhões de euros, dirigidos, fundamentalmente, a despesas associadas ao pagamento de *juros e outros encargos* e ao pagamento das SCUTS. A despesa realizada pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, ascendeu a 121,7 milhões de euros, dos quais 99,0% correspondem a *transferências correntes* (destinadas maioritariamente à área da Saúde). Segue-se a Secretaria Regional da Educação e dos Recursos Humanos com 101,3 milhões de euros (*despesa efetiva*), dos quais 78,8% dizem respeito às *despesas com o pessoal*. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 408,4 mil euros, afetos, na sua maioria, a *despesas com o pessoal* (316,8 mil euros). As *transferências* para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam, a 4,8 milhões de euros nos quatro primeiros meses de 2014.

O quadro VII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro - abril)

	€M ilhars								
	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	4.829,9	408,4	19.419,3	180.793,3	10.952,9	8.527,7	12.1682,5	10.1143,2	447.757,1
Despesas com o pessoal	0,0	316,8	7.595,9	5.030,3	8.068,7	2.774,7	634,0	79.869,3	104.289,7
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	253,7	6.075,5	3.941,6	6.471,4	2.242,5	506,8	65.851,4	85.342,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	5,9	80,0	103,7	63,3	7,3	0,0	358,4	618,7
Segurança social	0,00	57,3	1440,4	985,1	1534,0	524,8	127,2	13.659,5	18.328,2
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	916	3.200,6	72.607,1	1009,4	3.581,6	522,9	7.404,1	88.417,3
Aquisição de bens	0,00	14,6	337,4	252,0	47,2	1064,1	0,9	3.511,7	5.228,0
Aquisição de serviços	0,00	76,9	2.863,2	72.355,1	962,3	2.517,5	521,9	3.892,4	83.189,2
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,1	100.800,1	0,0	0,0	0,0	9,3	100.809,5
Transferências correntes	4.829,9	0,0	459,3	2.246,9	1724,3	669,3	120.525,6	13.858,5	144.313,8
Administrações Públicas	4.829,9	0,0	440,1	527,6	1435,8	0,0	119.927,2	3.970,7	131.131,4
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	4.829,9	0,0	440,1	527,6	1435,8	0,0	119.927,2	3.970,7	131.131,4
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	19,2	1719,3	288,5	669,3	598,4	9.887,8	13.182,5
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	109,6	1486,2	0,0	0,0	1595,8
Outras despesas correntes	0,0	0,0	8.163,4	108,9	40,9	15,9	0,0	1,9	8.331,0
Despesa de capital	0,0	0,0	12.197,3	4.357,5	2.255,8	164,1	0,0	203,4	19.177,9
Investimento	0,0	0,0	10.891,9	1570,9	115,8	58,3	0,0	5,5	12.642,3
Transferências de capital	0,0	0,0	1305,4	2.786,6	2.140,0	105,8	0,0	197,9	6.535,6
Administrações Públicas	0,0	0,0	1286,7	2.786,6	501,5	74,8	0,0	0,0	4.649,5
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	423,2	0,0	0,0	0,0	423,2
Administração Regional	0,0	0,0	1286,7	199,5	78,3	74,8	0,0	0,0	1639,3
Administração Local	0,0	0,0	0,0	2.587,1	0,0	0,0	0,0	0,0	2.587,1
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	18,7	0,0	1638,5	30,9	0,0	197,9	1886,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	4.829,9	408,4	31.616,6	185.150,7	13.208,6	8.691,8	12.1682,5	10.1346,5	466.935,1
Por memória:									
Ativos financeiros		0,0	0,0	3.847,6	1080,0	2.796,9	1149,1	0,0	8.873,6
Passivos financeiros		0,0	0,0	4.721,3	0,0	0,0	0,0	0,0	4.721,3
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	55.006,4

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

♦ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ♦ Em 2012 e 2013, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
- ♦ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada dos primeiros quatro meses de 2014, situou-se em -3,4 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *peçoal* (3,7 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (2,5 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (1,4 milhões de

euros) e com *transferências correntes* (2,6 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 10,5 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da *aquisição de bens de capital* – que totalizou 1,6 milhões de euros – contribuiu de forma menos intensa para o défice evidenciado no final de Abril. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 7,7 milhões de euros, enquanto que a componente de capital ascendeu a 1,0 milhões de euros.

- ♦ Verifica-se uma degradação no *saldo global* das EPR de 2,6 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR			€ Milhares	
	março	abril		
Empresas Públicas Reclassificadas	-886,9	-3.443,9		

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 4,9 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional (APR)*, que atingiram 131,1 milhões de euros, o que representa 85,7% da *receita efetiva*. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gerência anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via

de capital nos primeiros quatro meses de 2014 (83,8%), sendo que, na componente corrente, 93,9% provêm das *transferências* da APR. A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* e com o *peçoal*, que representaram 95,8% da *despesa efetiva*.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro - abril)			€ Milhares
	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	4.896,1	-3.443,9	1.452,2
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	146.467,3	10.712,8	157.180,1
Saldo primário	6.577,6	-2.050,9	4.526,8
Saldo corrente	3.921,5	-2.815,6	1.106,0
Saldo de capital	974,5	-628,3	346,3
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	83,7	238,4	322,1
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	7.598,9	7.598,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo ao ano de 2014, totalizou 1,5 milhões de euros, em virtude do resultado evidenciado pelos

SFA, cujo *saldo global* ascendeu a 4,9 milhões de euros, anulado parcialmente pelo *saldo global* evidenciado pelas EPR, que atingiu -3,4 milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram,

respetivamente, 1,1 e 0,3 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos

157,2 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 4,5 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro - abril)

€ Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	142.919,6	7.680,8	150.600,4
Impostos diretos	306,9	0,0	306,9
Impostos indiretos	33,3	0,0	33,3
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.008,0	2.993,3	4.001,4
Transferências Correntes	139.627,8	0,0	139.627,8
União Europeia	6.669,0	0,0	6.669,0
Outras transferências	132.958,8	0,0	132.958,8
Venda de bens e serviços correntes	1.399,7	1.450,2	2.850,0
Outras Receitas Correntes	543,7	3.237,3	3.781,0
Receita de capital	10.125,3	981,1	11.106,4
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital	10.114,3	981,1	11.095,4
União Europeia	8.481,8	706,8	9.188,6
Outras transferências	1.632,5	274,3	1.906,8
Outras Receitas de Capital	1,8	0,0	1,8
Receita efetiva	153.044,9	8.661,9	161.706,8
Despesa corrente	138.998,1	10.496,4	149.494,5
Despesas com o pessoal	8.358,9	3.742,3	12.101,1
Aquisição de bens e serviços	33.112,4	2.496,5	35.608,9
Juros e outros encargos	1.681,5	1.393,0	3.074,5
Transferências correntes	91.587,1	2.590,4	94.177,4
Outros subsectores das Administrações Públicas	547,5	0,0	547,5
Outras transferências	91.039,5	2.590,4	93.629,9
Subsídios	4.226,9	0,0	4.226,9
Outras despesas correntes	31,3	274,2	305,5
Despesa de capital	9.150,8	1.609,4	10.760,1
Investimento	215,4	1.609,4	1.824,7
Transferências de capital	8.935,4	0,0	8.935,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	148.148,8	12.105,8	160.254,6
Saldo global	4.896,1	-3.443,9	1.452,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ Em termos de execução mensal, constata-se que o *saldo global* do mês de abril, dos SFA e das EPR, ascende a -1,9 milhões de euros, tendo o *saldo corrente* atingido -1,3 milhões de euros e o de capital -0,6 milhões de euros. A

despesa primária fixou-se nos 39,1 milhões de euros e o *saldo primário* em -0,8 milhões de euros.

- ◆ A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (abril)

€ Milhares

	abril 2014	
	SFA execução mensal	EPR execução mensal
Receita corrente	33.607,1	2.214,6
Impostos diretos	28,2	0,0
Impostos indiretos	0,5	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	33.578,4	2.214,6
Transferências correntes	32.948,2	0,0
Receita de capital	2.225,3	238,9
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	2.221,9	238,9
Receita efetiva	35.832,5	2.453,5
Despesa corrente	33.289,6	3.804,2
Consumo público	9.904,9	2.555,6
Despesas com o pessoal	2.114,5	929,0
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	7.790,4	1.626,6
Subsídios	173,4	0,0
Juros e outros encargos	413,0	601,0
Transferências correntes	22.798,2	647,6
Despesa de capital	1.840,1	1.206,3
Investimento	88,3	1.206,3
Transferências de capital	1.751,9	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	35.129,7	5.010,4
Saldo global	702,8	-2.556,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O quadro XIII apresenta os saldos de abril dos subsetores do Governo Regional, SFA,

e EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	abril 2014	janeiro-abril 2014	abril 2014	janeiro-abril 2014
Saldo global	-4.979,6	-133.408,5	-7.611,3	-137.126,7
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	131,2	-126.918,2	-1.458,3	-129.733,8
Despesa corrente primária	107.513,5	353.132,8	110.716,7	362.236,2
Saldo corrente primário	863,6	-24.427,2	-125,0	-25.849,8
Saldo de capital	-5.110,8	-6.490,3	-6.153,0	-7.392,9
Despesa primária	115.832,5	379.822,3	120.241,9	390.535,0
Saldo primário	-4.247,3	-30.917,5	-6.278,0	-33.242,7

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), em termos acumulados ascendeu a -126,9 milhões de euros,

tendo o *saldo de capital* atingido -6,5 milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário* (GR+SFA)

revela um resultado que ascende a -30,9 milhões de euros até abril de 2014.

- ◆ Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente* arrecadada até abril de 2014 foi de 336,4 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 466,1 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 20,9 milhões de euros

enquanto a despesa ascendeu a 28,3 milhões de euros. A receita líquida dos *ativos e passivos financeiros*, bem como das *operações extraorçamentais*, atingiu os 357,3 milhões de euros, com a *despesa efetiva* a atingir os 494,4 milhões de euros.

O quadro XIV expressa a desagregação por *receita e despesa* do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR			€ Milhares	
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	abril 2014	janeiro-abril 2014	abril 2014	janeiro-abril 2014
Receita corrente	108.377,1	328.705,6	110.591,7	336.386,4
Impostos diretos	25.678,3	82.555,1	25.678,3	82.555,1
Impostos indiretos	34.539,9	137.306,6	34.539,9	137.306,6
Contribuições de Segurança Social	293,3	1.022,6	293,3	1.022,6
Outras receitas correntes	47.865,5	107.821,4	50.080,1	115.502,2
Transferências correntes	44.627,3	95.924,2	44.627,3	95.924,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	44.093,1	88.331,7	44.093,1	88.331,7
Receita de capital	3.208,1	20.199,1	3.372,2	20.905,9
Venda de bens de investimento	0,0	29,3	0,0	29,3
Transferências capital	3.173,8	19.851,5	3.337,9	20.558,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	267,6	0,0	267,6
Receita efetiva	111.585,2	348.904,8	113.963,9	357.292,3
Despesa corrente	108.245,8	455.623,8	112.050,0	466.120,2
Consumo público	81.177,1	242.540,6	83.732,7	249.053,6
Despesas com o pessoal	28.508,9	112.648,6	29.437,9	116.390,9
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	52.668,2	129.892,0	54.294,8	132.662,8
Subsídios	569,1	5.822,7	569,1	5.822,7
Juros e outros encargos	732,3	102.491,0	1.333,3	103.884,0
Transferências correntes	25.767,3	104.769,5	26.414,9	107.359,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	143,4	547,5	143,4	547,5
Despesa de capital	8.318,9	26.689,5	9.525,2	28.298,8
Investimento	5.282,5	12.857,7	6.488,8	14.467,1
Transferências de capital	3.036,4	13.831,8	3.036,4	13.831,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.055,8	3.242,8	1.055,8	3.242,8
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	116.564,8	482.313,3	121.575,2	494.419,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ◆ O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de abril de 2014, ascendia a 1.392,1 milhões de euros, dos quais, 70,4% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 25,5% do montante do passivo verificado;
- ◆ Os pagamentos em atraso apurados até ao final de abril de 2014, correspondem a 488,7 milhões de euros, sendo que as parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (84,1%) e às EPR (10,4%);
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente *Juros e outros encargos* representar 35,1% do total do Passivo e 15,2% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de abril de 2014, no que à *dívida não financeira* diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de abril de 2014 (valores acumulados)

€ Milhares

Total	abril de 2014			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	1.098.418,77	702.207,57	291.527,89	-9,77%	-10,59%	-10,76%
Despesas com Pessoal	3.574,04	3.392,52	64,27	14,09%	12,38%	-66,57%
Aquisições de Bens e Serviços	335.890,20	333.099,48	213.727,59	-6,73%	-6,35%	-5,90%
Juros e outros encargos	488.250,51	120.490,58	74.201,16	-11,45%	-17,70%	-15,65%
Transferências Correntes	244.577,07	231.565,33	3.464,97	-8,34%	-9,35%	5,14%
Subsídios	26.044,88	13.577,66	1,82	-5,94%	-18,64%	0,00%
Outras Despesas Correntes	82,08	82,01	68,08	-99,00%	-99,00%	-99,16%
Despesas de Capital	293.661,64	278.150,38	197.148,12	0,10%	4,72%	2,03%
Aquisições de Bens de Capital	200.159,53	199.762,02	191.471,79	2,02%	2,66%	1,76%
Transferências de Capital	93.502,11	78.388,36	5.676,33	-3,77%	10,37%	12,11%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	1.392.080,42	980.357,95	488.676,00	-7,85%	-6,72%	-6,00%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de abril de 2014 (valores acumulados)

€ Milhares

Governo Regional	abril de 2014			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	722.516,27	328.910,79	240.570,75	-10,24%	-12,76%	-11,95%
Despesas de Capital	257.269,24	249.128,51	170.392,79	-1,92%	2,97%	-0,02%
Total	979.785,50	578.039,30	410.963,54	-8,20%	-6,61%	-7,37%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de abril de 2014 (valores acumulados)

€ Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	abril de 2014			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	347.644,41	345.119,66	26.993,44	-9,07%	-8,79%	2,70%
Despesas de Capital	7.449,95	79,42	0,09	-0,22%	-17,09%	-99,83%
Total	355.094,37	345.199,07	26.993,52	-8,90%	-8,79%	2,51%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de abril de 2014 (valores acumulados)

€ Milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	abril de 2014			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	28.258,09	28.177,12	23.963,70	-5,93%	-6,10%	-11,79%
Despesas de Capital	28.942,45	28.942,45	26.755,24	22,76%	22,76%	17,68%
Total	57.200,55	57.119,57	50.718,94	6,69%	6,60%	1,64%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do

mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

◆ 6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento de Estado
OE	Orçamento de Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

♦ 7. Índice de Quadros

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (jan-abril)	5
QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-abril)	7
QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (abril)	9
QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-abril)	11
QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-abril)	13
QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-abril)	14
QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-abril)	16
QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-abril)	18
QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	19
QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-abril)	20
QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-abril)	21
QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (abril)	22
QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	22
QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	23
QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de abril de 2014 (valores acumulados)	24
QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de abril de 2014 (valores acumulados)	25
QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de abril de 2014 (valores acumulados)	25
QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de abril de 2014 (valores acumulados)	25



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

◆ Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2014

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: abril de 2014

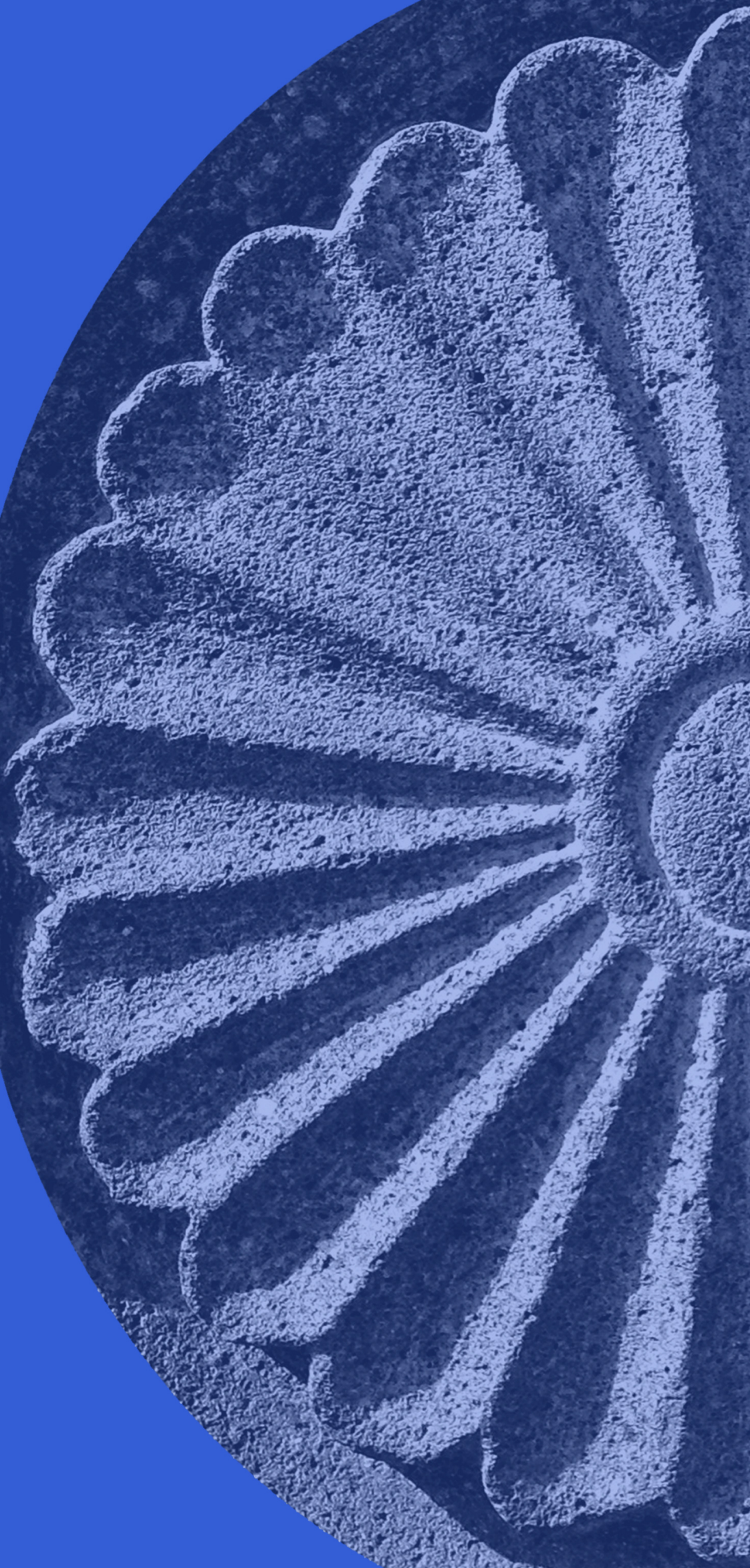
LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 |
Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: droc.srpf@gov-madeira.pt



PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS